

**3F CAPITAL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

**3F CAPITAL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
3F Capital S.A.  
Goiânia - GO

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 3F Capital S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa combinados para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 3F Capital S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à 3F Capital S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

Chamamos a atenção para a explicativa nº 2.2.1, onde menciona que até 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía participação societária em nenhuma investida. Até aquela data, para fins de divulgação em conjunto das demonstrações financeiras das empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, a administração apresentou demonstrações combinadas, fato pelo qual a comparabilidade para as demonstrações contábeis consolidadas citadas na nota explicativa nº 2.2 para o exercício imediatamente anterior foi realizada com base nessas demonstrações combinadas. Nossa opinião não contém ressalva sobre o assunto.

## **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Continuação)**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções, quando identificadas, podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Continuação)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, chamaremos atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluiremos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos, se identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 18 de março de 2019.



  
**Otaniel Júnior Martins Rosa**  
Contador CRC GO - 013.972/O-3

  
**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S**  
CRC GO - 002.338/O-8

## 3F Capital S. A

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

		<b>ATIVO</b>				
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	<b>Combinado</b>	
<b>Notas</b>		<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	
<b>Ativo circulante</b>						
	Caixa e equivalentes de caixa	3	4.619	1.000	8.790.418	3.436.067
	Contas a receber	4	-	-	13.042.877	3.358.513
	Ativo derivativo	-	-	-	86.764	-
	Outros Créditos	5	-	-	10.350.354	2.494
	Impostos a recuperar	-	-	-	153.945	5.629
	<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.619</b>	<b>1.000</b>	<b>32.424.358</b>	<b>6.802.703</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
	Crédito com partes relacionadas	6.1	2.823.512	3.962.036	2.691.223	3.170.983
	Impostos a recuperar	-	-	-	409.075	-
	Investimentos	7	18.612.616	-	2.302.070	-
	Imobilizado	8	-	-	432.550	252.810
	<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>21.436.128</b>	<b>3.962.036</b>	<b>5.834.919</b>	<b>3.423.793</b>
	<b>Total do ativo</b>		<b>21.440.747</b>	<b>3.963.036</b>	<b>38.259.278</b>	<b>10.226.496</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

## 3F Capital S. A

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	Combinado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos a pagar	-	-	1.000.000	153.171	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	1.375	-	12.052.189	3.358.554
Passivo derivativo	-	-	-	83.179	-
Obrigações sociais e tributárias	10	-	-	6.423.642	1.069.054
Débito com partes relacionadas	6.2	3.203.629	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	239.887
Outros débitos	-	-	-	47.590	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.205.004</b>	<b>1.000.000</b>	<b>18.759.771</b>	<b>4.667.495</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Débito com partes relacionadas	6.2	-	-	-	651.216
Outras obrigações	-	2.000	-	2.000	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.000</b>	<b>-</b>	<b>2.000</b>	<b>651.216</b>
Participação de minoritários	-	-	-	1.263.764	-
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	12	1.000	1.000	1.000	1.041.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.000.000	2.962.036	5.000.000	2.962.036
Lucros acumulados	-	13.232.743	-	13.232.743	904.749
		<b>18.233.743</b>	<b>2.963.036</b>	<b>19.497.507</b>	<b>4.907.785</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>21.440.747</b>	<b>3.963.036</b>	<b>38.259.278</b>	<b>10.226.496</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

## 3F Capital S. A

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	Combinado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	13	-	-	160.974.233	28.428.757
Custos de vendas	14	-	-	(137.319.375)	(25.445.670)
Resultado líquido operações futuras	-	-	-	4.716	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.659.574</b>	<b>2.983.087</b>
<b>(Despesas)/ receitas operacionais</b>					
Despesas administrativas e gerais	15	(22.640)	-	(7.618.158)	(1.193.733)
Despesas tributárias	-	-	-	-	(2.182)
Receita de equivalência patrimonial	7	12.269.315	-	-	-
Outras receitas e despesas		1.321.301	-	1.287.192	-
		<b>13.567.976</b>	<b>-</b>	<b>(6.330.966)</b>	<b>(1.195.915)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>13.567.976</b>	<b>-</b>	<b>17.328.607</b>	<b>1.787.172</b>
Receita financeira	16	-	-	320.730	27.972
Despesas financeiras	16	(233)	-	(40.834)	(12.325)
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>13.567.743</b>	<b>-</b>	<b>17.608.503</b>	<b>1.802.819</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	(2.332.243)	(507.374)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.567.743</b>	<b>-</b>	<b>15.276.261</b>	<b>1.295.445</b>
Lucro atribuível aos minoritários	17	-	-	1.708.518	-
<b>Lucro atribuível aos controladores</b>		<b>13.567.743</b>	<b>-</b>	<b>13.567.743</b>	<b>1.295.445</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

## 3F Capital S. A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

Patrimônio líquido atribuível aos controladores						
Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de minoritários	Total do patrimônio líquido consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	1.000	-	1.000	-	1.000
Aporte de Capital	-	2.962.036	-	2.962.036	-	2.962.036
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.000</b>	<b>2.962.036</b>	-	<b>2.963.036</b>	-	<b>2.963.036</b>
Aporte de Capital		2.037.964	-	2.037.964	(444.754)	1.593.210
Lucro líquido do exercício	-	-	13.567.743	13.567.743	1.708.518	15.276.262
Dividendos distribuídos	-	-	(335.000)	(335.000)	-	(335.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>13.232.743</b>	<b>18.233.743</b>	<b>1.263.764</b>	<b>19.497.508</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

## 3F Capital S. A

### Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	13.567.743	-	13.567.743	1.295.445
<b>Receitas que não afetam o caixa</b>				
Depreciações/ amortizações	-	-	31.411	10.243
Equivalência Patrimonial	(13.221.534)	-	-	-
Provisões	-	-	12.193	-
<b>Decréscimo/ (acrécimo) em ativos</b>				
Contas a receber	-	-	(9.684.364)	(3.358.513)
Ativos derivativos	-	-	(86.764)	-
Outros Créditos	-	-	(10.625.550)	(2.494)
Impostos a recuperar	-	-	(557.391)	(5.629)
<b>(Decréscimo)/ acréscimo em passivos</b>				
Fornecedores	1.375	-	8.693.635	3.349.316
Passivos derivativos	-	-	83.179	-
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	-	5.354.588	1.026.721
Outras obrigações	2.000	-	49.590	-
Juros s/ Capital próprio	-	-	(239.887)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>349.584</b>	<b>-</b>	<b>6.598.382</b>	<b>2.315.089</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Recebimento/(Concessão) de mútuos a partes relacionadas	1.138.524	-	479.760	-
Baixa / (aquisição) de investimentos	(5.391.082)	-	(2.302.070)	-
Baixa / (aquisição) de imobilizado	-	-	(211.151)	(263.053)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(4.252.557)</b>	<b>-</b>	<b>(2.033.462)</b>	<b>(263.053)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Captação/(pagamento) de empréstimos e financiamentos	(1.000.000)	-	153.171	-
Captação/(pagamento) mútuos com partes relacionadas	3.203.629	(2.962.036)	479.760	(2.619.482)
Aporte de capital	2.037.964	2.963.036	491.500	4.003.036
Dividendos pagos	(335.000)	-	(335.000)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>3.906.593</b>	<b>1.000</b>	<b>789.431</b>	<b>1.383.554</b>
<b>Aumento / Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.619</b>	<b>1.000</b>	<b>5.354.351</b>	<b>3.435.590</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	1.000	-	3.436.067	477
No final do exercício	4.619	1.000	8.790.418	3.436.067
<b>Aumento / Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.619</b>	<b>1.000</b>	<b>5.354.351</b>	<b>3.435.590</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A 3F Capital S.A. (individualmente “Companhia” ou em conjunto com suas controladas “Grupo”) é uma sociedade anônima fechada constituída em 21 de junho de 2017. A Companhia tem sede na avenida Olinda, nº 960, Parque Lozandes, em Goiânia-GO e possui como atividade a participação societária em outras empresas. Atualmente em conjunto com suas controladas oferece um amplo leque de produtos e serviços no mercado brasileiro de energia elétrica conforme demonstrado a seguir:

- **Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.**

Com sede na cidade de Goiânia-GO, foi constituída em 9 de setembro de 2015 e iniciou suas operações em março de 2017. Tem como atividade: i) a comercialização de energia elétrica, compra e venda, atuando como agente comercializador, nos termos da resolução 265 de 13 de agosto de 1998 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; ii) importação e exportação de energia elétrica, também nos termos da resolução 265/98 da Aneel e; iii) prestação de serviços de consultoria, representação de agentes, intermediação de compra e venda de energia elétrica, gás natural, tanto no mercado interno, bem como na importação e exportação. A participação societária é de 100%;

- **Pacto Geração S.A.**

Foi constituída em 10 de outubro de 2014, também tem sede na cidade de Goiânia-GO. Tem como atividades: i) a participação em capitais próprios em outras sociedades empresárias nas áreas de geração, transmissão e comercialização; ii) produção, geração distribuição e comercialização de energia e; iii) a comercialização no atacado de energia elétrica. A participação societária é de 100%;

- **Pacto Geração Distribuída S.A.**

Foi constituída em 05 de outubro de 2016, com sede na cidade de Goiânia-GO. Tem como atividades o desenvolvimento, venda, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaico, eólico, hidrelétrico e de biomassa, com potência abaixo de 5MW (cinco megawatts). A participação societária é de 100%;

- **Pacto Esco S.A.**

Ainda não operacional, foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede na cidade de Aparecida de Goiânia-GO. Tem como atividades: i) medição de consumo de energia elétrica, gás e água, venda de produtos e prestação de serviços referentes a projetos de eficiência energética, e de consumo de água e gás e; ii) aluguel de outras máquinas e equipamentos industriais. A participação societária é de 100%;

- **Pacto Indústria S.A.**

Foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede na cidade de Aparecida de Goiânia-GO. Tem como atividades: i) fabricação de aparelhos, módulos, painéis de comando de usinas e equipamentos para geração, distribuição e controle de energia Fotovoltaicos; ii) fabricação de inversores; iii) fabricação de estruturas metálicas, motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; iv) fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos; v) fabricação de geradores de corrente contínua e alternada e; vi) comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial. A participação societária é de 100%.

- **Pacto Soluções em Energia S.A.**

Foi constituída em 21 de junho de 2018, com sede na cidade de Arapoti-PR. Tem como atividades: i) intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica; ii) prestação de serviços de consultoria e assessoria relacionados a comercialização de energia elétrica; iii) participação em sociedades, como sócia ou acionista. A participação societária é de 100%.

- **W2E Digital S.A.**

Ainda não operacional, foi constituída em 25 de maio de 2018, com sede na cidade de São Paulo-SP. Tem como atividades: i) gestão de uma plataforma digital de créditos de energia, visando a prestação de serviços em todas as áreas de interesse das partes associadas em todo território nacional; ii) participação em sociedades, como sócia ou acionista. A participação societária é de 100%.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2019.

## **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2. Base de consolidação**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações da Companhia e de suas controladas mencionadas na nota explicativa nº 1, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Para definição de controlada a administração analisa a existência de controle que é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre as mesmas foram eliminados.

### 2.2.1. Base de combinação das demonstrações financeiras comparativas

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía participação societária em nenhuma investida. Até aquela data, para fins de divulgação em conjunto das demonstrações financeiras das empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, a administração apresentou demonstrações combinadas, fato pelo qual a comparabilidade para as demonstrações contábeis consolidadas citadas na nota explicativa nº 2.2 para o exercício imediatamente anterior foi realizada com base nessas demonstrações combinadas.

Como critério para combinação, foram considerados e incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das empresas participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizadas entre as empresas, incluídas na combinação.

As demonstrações contábeis combinadas incluem as operações das empresas citadas abaixo consistentes com as práticas contábeis descritas a partir da nota explicativa nº 2.3, cujos montantes na data do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2017 são resumidos como segue:

Nome empresa	Ativo Total	Patrimônio Líquido
	31/12/2017	31/12/2017
Total Comercializadora de Energia Ltda (Atual: Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.)	8.664.670	4.007.503
Total Eólica Participações Ltda (Atual: Pacto Geração S.A.)	409.075	(102.739)
Total Geração Distribuída S.A. (Atual: Pacto Geração Distribuída S.A.)	10.000	(11.125)
Total Esco S.A. (Atual: Pacto Esco S.A.)	10.000	6.990
Total Indústria S.A. (Atual: Pacto Indústria S.A.)	131.751	6.156
3 F Capital S.A.	4.263.116	2.963.036

### 2.3. Principais práticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos, nos casos dos investimentos financeiros, dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

#### b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

### **c) Investimentos em controladas**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme NBC TG 18 (R2) – Investimento em Coligada e Controlada (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

### **d) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as taxas fiscais, as quais a Administração entende representarem estimativa próxima à vida útil dos seus principais ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **e) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realiza-lo e (b) seu valor de uso.

O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

### **f) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do trimestre/exercício.

O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para 31 de dezembro de 2018 a Administração avaliou a diferença temporária no resultado sobre o reconhecimento da receita (nota explicativa 2.4 a)) e custos pelo regime de competência e seu faturamento fiscal e concluiu que os tributos diferidos não eram significativos, optando pela não apresentação naquela data.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **g) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado ou valor justo, dependendo de sua avaliação quanto a destinação.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Custo amortizado	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caixa e equivalentes de caixa</li><li>• Contas a receber de clientes</li><li>• Crédito com partes relacionadas</li></ul>
Valor justo por meio do resultado	Ativos derivativos

### **h) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

## **2.4 Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

### **a) Reconhecimento da receita de vendas**

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de energia e, em particular, se o Grupo havia transferido ao comprador o controle do ativo (energia ou produtos) vendido (momento da entrega, independente do faturamento fiscal), observando os requisitos exigidos pelo CPC 47 – No caso de venda de energias onde há contratos com clientes, é também considerado casos em que há previsibilidade de ajustes por parte do regulador no valor definido contratualmente após cálculo e aprovação dos montantes com premissa para reconhecimento da receita.

### **b) Provisões para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo. As provisões julgadas pelos advogados como de perdas possíveis são divulgadas em notas.

### c) Provisão para créditos de liquidez duvidosa

O Grupo não possui histórico de inadimplência e conseqüentemente não existe nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa “(PCLD)” que reflita casos passíveis de não recebimento. Todavia a administração se resguarda e, caso venha a ocorrer a possibilidade de um devedor com crédito de liquidação duvidosa, a adotará como política todos os títulos vencidos acima de 6 meses.

## 2.5 Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis ainda não adotadas.

### a) Novas normas contábeis vigentes para 2018

As seguintes normas ou alterações de normas contábeis entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018. O Grupo avaliou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e concluiu que não houve impacto relevante, conforme citado abaixo:

#### CPC 46 - Instrumentos Financeiros

O CPC 46 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. Os efeitos dessa nova categorização encontram-se já refletidos na divulgação dos instrumentos financeiros na nota explicativa nº 2.3 g).

#### CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substituiu a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existia na norma anterior CPC 30 – Receita. A administração avaliou, conforme demonstrado abaixo, seus contratos de venda de energia alinhando aos critérios definidos pelo CPC 47 onde concluiu que não houveram mudanças na forma de reconhecimento de suas receitas. Abaixo o modelo de 5 etapas avaliados pela administração em conformidade com o CPC 47:

<b>Etapas</b>	<b>Critérios atendidos</b>
1ª etapa: Identificação do contrato	Foram identificados os contratos de venda de energia e de mercadorias firmados com os clientes onde checamos que: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Possuem substância comercial;</li> <li>• É provável o recebimento da contraprestação;</li> <li>• Os direitos e condições de pagamento podem ser identificados;</li> <li>• Encontram-se assinados pelas partes e estas estão comprometidas com as suas obrigações.</li> </ul>
2ª etapa: Identificação das obrigações de desempenho	Entrega da energia e/ou dos produtos
3ª etapa: Determinação do preço da transação	Representado pelo valor de venda da energia ou produtos explicitamente definidos nos contratos.

4ª etapa: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho	Alocação direta e simples do preço da transação, uma vez que os contratos possuem apenas uma obrigação de desempenho (a entrega da energia ou produto).
5ª etapa: Reconhecimento da receita	Reconhecida <i>at a point</i>

## b) Novas normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

### CPC06R2, equivalente ao “IFRS 16 Leases”

O CPC 6 (R2) [IFRS 16] estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui o CPC 6 (R1) Contratos de arrendamento mercantil. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. O Grupo não espera efeitos significativos em suas demonstrações quando da adoção do CPC 6.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários e caixa	4.619	1.000	12.153	228.867
Aplicações financeiras (a)	-	-	8.778.265	3.207.200
<b>Total</b>	<b>4.619</b>	<b>1.000</b>	<b>8.790.418</b>	<b>3.436.067</b>

(a) As aplicações financeiras referem-se a sobras temporárias de caixa investidos em renda fixa com disponibilidade para resgate imediato. São remuneradas pela taxa entre 80% e 105% do CDI.

## 4. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Energia medida/entregue a faturar (a)	-	-	12.387.066	3.358.513
Contas a receber de clientes (b)	-	-	655.811	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.042.877</b>	<b>3.358.513</b>

(a) A energia comercializada pela Empresa é entregue/consumida durante o mês, no entanto, o faturamento (emissão da nota fiscal) é realizada no início do mês seguinte. Desta forma, as contas a receber em dezembro de 2018 correspondem à energia gerada/entregue no mês de dezembro de 2018, cuja emissão da nota fiscal ocorreu no início de janeiro de 2019. O custo com aquisição desta energia tem o mesmo tratamento, sendo a provisão a pagar registrada no passivo circulante em contrapartida ao custo no resultado do exercício.

**(b)** Refere-se a contas a receber pela venda de mercadorias pela controlada Pacto Indústria. A composição por idade de vencimento encontra-se demonstrada abaixo.

Descrição	31/12/2018
Vencido mais 180 dias	18.000
A Vencer até 30 dias	263.170
A Vencer até de 180 dias	369.785
A Vencer mais de 180 dias	4.856
<b>Total</b>	<b>655.811</b>

## 5. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a fornecedores de energia <b>(a)</b>	-	-	10.346.056	-
Empréstimos a empregados	-	-	4.298	-
<b>Total</b>	-	-	<b>10.350.354</b>	<b>2.494</b>

**(a)** Saldo referente antecipações parciais de pagamentos para compra de energia a ser entregue no mês subsequente.

## 6. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 6.1. Créditos com partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo não circulante</b>				
Pacto Industria S. A	660.674	-	-	-
Pacto Geração S. A	226.582	-	-	-
Pacto Geração Distribuidora S. A	328.203	-	-	-
Pacto Esco S. A	671	-	-	-
Pacto Soluções S. A	20.512	-	-	-
W2E Digital S.A.	2.200	-	-	-
Rodrigo Ferreira Fonseca Pedroso <b>(a)</b>	-	-	-	1.000.000
Antecipação de distrib.de lucros (acionistas)	-	-	-	300.000
Total Solar Participações S.A.	1.584.670	1.000.000	2.691.223	1.456.803
Rodrigo Pedroso Investimentos e Part. S.A.	-	-	-	414.180
Pacto Comercializadora S. A	-	2.962.036	-	-
<b>Total Ativo não circulante</b>	<b>2.823.512</b>	<b>3.962.036</b>	<b>2.691.223</b>	<b>3.170.983</b>

## 6.2. Débito com partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo não circulante</b>				
Pacto Comercializadora S.A.	3.203.630	-	-	-
<b>Total Passivo não circulante</b>	<b>3.203.630</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6.3 Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia pagou R\$ 335.000 de remuneração direta ou indireta aos seus administradores.

## 7. INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação em controladas	18.612.616	-	-	-
Participação em coligadas	-	-	2.302.070	-
<b>Total</b>	<b>18.612.616</b>	<b>-</b>	<b>2.302.070</b>	<b>-</b>

### 7.1. Informações sobre as controladas

	Participação total em %	Resultado do exercício em 31/12/2018	PL em 31/12/2018
<b>Controladas</b>			
Pacto Geração S. A	100%	(152.632)	244.629
Pacto Geração Distribuidora S. A	100%	(332.266)	(343.391)
Pacto Industria S.A.	100%	(168.202)	(162.246)
Pacto Esco S. A	100%	(911)	(3.921)
Pacto Comercializadora	100%	12.947.882	18.900.101
Pacto Soluções S. A	100%	(21.265)	21.265
W2E Digital S.A.	100%	(3.291)	3.291

## 7.2. Movimentação dos investimentos

	31/12/2017	Aquisições	Ajustes	Equivalência Patrimonial	31/12/2018
<b>Controladas</b>					
Pacto Geração S. A	-	10.000	387.261	(152.632)	244.629
Pacto Geração Distribuidora S. A	-	10.000	(21.125)	(332.266)	(343.391)
Pacto Industria S.A.	-	10.000	(4.044)	(168.202)	(162.246)
Pacto Esco S. A	-	10.000	(13.010)	(911)	(3.921)
Pacto Comercializadora	-	5.000.000	-	13.900.101	18.900.101
Pacto Soluções S. A	-	1.000	-	(21.265)	(20.265)
W2E Digital S.A.	-	1.000	-	(3.291)	(2.291)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.042.000</b>	<b>349.082</b>	<b>13.221.534</b>	<b>18.612.616</b>

## 8. IMOBILIZADO

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Depreciação taxas de % - a.a.	Controladora		Consolidado	Combinado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	120.587	120.587
Máquinas e equipamentos	10%	-	-	49.613	11.784
Móveis e utensílios	10%	-	-	103.170	120.439
Veículos	20%	-	-	123.651	-
Computadores e periféricos	20%	-	-	33.598	-
Equipamento de comunicação	20%	-	-	1.931	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>432.550</b>	<b>252.810</b>

### 8.1. Movimentação do imobilizado

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições (a)	Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	120.587	-	-	120.587
Máquinas e equipamentos	11.784	40.965	(3.136)	49.613
Móveis e utensílios	120.439	10.043	(27.312)	103.171
Veículos	-	133.406	(9.754)	123.651
Computadores e periféricos	-	34.899	(1.301)	33.598
Equipamento de comunicação	-	2.080	(150)	1.930
<b>Total</b>	<b>252.810</b>	<b>221.393</b>	<b>(41.653)</b>	<b>432.550</b>

(a) Refere-se a melhorias efetuadas nas instalações da sede administrativa alugada, assim como aquisição de mobiliários, computadores e um veículos para uso administrativo.

## 9. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Compra de energia a faturar (a)	-	-	11.403.914	3.302.118
Fornecedores	-	-	648.275	56.129
Outras contas a pagar	-	-	-	307
<b>Total</b>	-	-	<b>12.052.189</b>	<b>3.358.554</b>

(a) Refere-se a provisão da energia comprada em dezembro de 2018, cuja nota fiscal foi recebida somente em janeiro de 2019.

## 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	-	-	1.243.777	371.481
CSLL	-	-	641.715	135.893
PIS	-	-	191.200	34.300
COFINS	-	-	860.999	169.917
IRRF	-	-	750	42.333
Salários e encargos	-	-	220.297	19.329
Participação no resultado	-	-	3.236.074	294.583
Outros	-	-	28.830	1.218
	-	-	<b>6.423.642</b>	<b>1.069.054</b>

## 11. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não possuía nenhum processo judicial ajuizado contra ela de qualquer natureza.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Acionistas	Capital R\$	%
Rodrigo Ferreira Fonsêca Pedroso	400	40%
Marcelo Macedo da Fonseca	400	40%
Salberg Participações S.A.	200	20%
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>100%</b>

## b) Destinação do lucro

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, uma vez por ano, para aprovar as contas da Companhia e determinar a distribuição de lucros.

## 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de venda de energia elétrica (a)	-	-	160.242.307	25.372.546
Receita medida e não faturada de energia elétrica (b)	-	-	10.430.222	3.358.513
Receita de venda de mercadorias (c)	-	-	1.386.846	-
(-) PIS / COFINS/ICMS	-	-	(11.085.142)	(302.302)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>160.974.233</b>	<b>28.428.757</b>

- (a) Refere-se a venda de energia elétrica comercializada no mercado aberto pela controlada Pacto Comercializadora de Energia e Gás Natural S.A.
- (b) Provisão de receita de venda de energia realizada em dezembro de 2018 e faturamento ocorrido somente em janeiro/2019.
- (c) Venda de produtos utilizados para geração de energia realizada pela controlada Pacto Indústria S.A.

## 14. CUSTOS DE VENDAS

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo com compra de energia elétrica	-	-	(37.651.074)	(22.118.499)
Custo de energia comprada e não faturada	-	-	(65.754.494)	(3.302.118)
Custo da mercadoria vendida	-	-	(985.057)	(25.053)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(104.390.625)</b>	<b>(25.445.670)</b>

## 15. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados	(12.854)	-	(1.312.498)	(469.495)
Salários e encargos	-	-	(1.345.079)	(49.288)
Participação de lucros nos resultados	-	-	(3.238.734)	(294.583)
Serviços advocatícios	(9.786)	-	(143.003)	(46.700)
Despesas com viagens e estadias	-	-	(87.408)	(74.483)
Taxas e emolumentos	-	-	(106.893)	(26.317)
Aluguel e condomínio de imóveis	-	-	(133.601)	(89.610)
Outras	-	-	(1.250.793)	(143.257)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.618.009)</b>	<b>(1.193.733)</b>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	320.730	27.972
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>320.730</b>	<b>27.972</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
IR sobre aplicação financeira	-	-	-	(194)
IOF	-	-	(18.921)	(2.019)
Tarifas bancárias	(233)	-	(16.808)	(10.051)
Juros de mora	-	-	(5)	(17)
Juros bancários	-	-	(18)	(44)
Outras	-	-	(5.082)	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(233)</b>	<b>-</b>	<b>(40.834)</b>	<b>(12.325)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(233)</b>	<b>-</b>	<b>279.896</b>	<b>15.647</b>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%.

Descrição	Controladora		Consolidado	Combinado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	13.567.743	-	17.608.503	1.802.819
( - ) juros sobre o capital próprio		-	-	(282.220)
(-)Equivalência Patrimonial	(13.567.743)	-	-	-
(x) alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	-	-	(5.986.891)	(517.004)
(-) Ajuste para refletir alíquota efetiva (lucro real trimestral)	-	-	3.654.648	(9.630)
<b>(=) Despesa de IRPJ e CSLL</b>			<b>(2.332.243)</b>	<b>(507.374)</b>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	-13,24%	-28,14%

## **18. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A administração adota procedimentos internos para avaliação e identificação de eventos subsequentes ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e sua aprovação. Para 31 de dezembro de 2018 não houveram eventos subsequentes significativos que necessitassem de registro ou divulgação nas demonstrações contábeis.

## **19. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **a) Considerações gerais e políticas**

O Grupo contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração do Grupo.

### **Aplicações financeiras**

A Administração do Grupo elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

### **b) Gestão de risco financeiro**

#### **Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela diretoria do Grupo, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

#### **b.1) Risco de mercado**

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

#### **b.2) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

#### **c) Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

\* \* \*